COMISSÃO
EUROPEIA

Estrasburgo, 16.12.2014
COM(2014) 910 final

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES

Programa de trabalho da Comissão para 2015

Um novo começo

INTRODUÇÃO

Esta Comissão assumiu funções com o compromisso de fazer a diferença: fazer coisas diferentes e fazer as coisas de outra forma. Os cidadãos esperam que a UE imprima um novo rumo em relação à resolução dos grandes desafios económicos e sociais — uma elevada taxa de desemprego, um crescimento lento, níveis elevados de dívida pública, um défice de investimento e falta de competitividade no mercado mundial. E querem menos interferência da UE nas questões em que os Estados-Membros estão melhor preparados para dar uma resposta adequada aos níveis nacional e regional. Os cidadãos esperam também que a União Europeia seja mais aberta e mais responsável sobre aquilo que faz e como o faz.

Esta Comissão está determinada a fazer avançar esta mudança, e a trabalhar com o Parlamento Europeu e o Conselho para assegurar a sua realização. É por esta razão que nos centraremos nos «grandes desafios» como o crescimento e o emprego, de acordo com as dez prioridades das orientações políticas do Presidente Juncker[1]. Não iremos apresentar propostas que não contribuam para estas prioridades. Além disso, aplicaremos o princípio da descontinuidade política[2] e retiraremos as propostas pendentes que não correspondam aos nossos objetivos ou que não conduzam a qualquer resultado, porque queremos que todas as instituições centrem a sua ação na realização do que é verdadeiramente importante.

Este é o nosso empenhamento político, e é partindo desta base que pretendemos chegar a toda a UE e não nos confinarmos a Bruxelas, para restabelecer a confiança e reconquistar o apoio dos cidadãos da União. Os cidadãos julgar-nos-ão pelo nosso empenhamento e pelos resultados obtidos, pelas melhorias que vão sentir consequentemente na sua vida diária. No nosso primeiro mês em funções apresentámos um importante pacote de medidas a favor do emprego, do crescimento e do investimento[3], acompanhado de um novo Plano de Investimento destinado a mobilizar mais de 315 mil milhões de EUR de investimentos suplementares em domínios estratégicos durante os próximos três anos. Tencionamos continuar na mesma senda em que começámos.

As propostas anunciadas no presente programa de trabalho foram escolhidas, porque acreditamos que podem fazer a diferença em matéria de emprego, crescimento e investimento e podem produzir benefícios concretos para os cidadãos durante o próximo ano. Aquilo em que nos empenhamos no presente programa de trabalho corresponde aos resultados que

---

[1] Um novo começo para a Europa: o meu Programa para o emprego, o crescimento, a equidade e a mudança democrática – Orientações políticas para a próxima Comissão Europeia (http://ec.europa.eu/priorities/docs/pg_pt.pdf)

[2] Ver ponto 39, segundo parágrafo, do Acordo-Quadro sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia: «A Comissão procede a uma revisão de todas as propostas pendentes no início do mandato da nova Comissão a fim de as confirmar politicamente ou de as retirar, tendo devidamente em conta as opiniões expressas pelo Parlamento.»

[3] COM (2014) 903.

apresentaremos em 2015. Iremos propor outras ações destinadas a concretizar as dez prioridades que figuram nos nossos programas de trabalho para os próximos anos, começando os trabalhos preparatórios em relação a algumas delas já em 2015.

A maior parte do que se passa hoje na UE e a forma como os nossos cidadãos julgam a UE tem por base a legislação e os programas existentes. As suas preocupações imediatas giram em torno do conjunto das regras existentes, razão pela qual uma das prioridades políticas desta Comissão é reduzir a carga regulamentar, mantendo simultaneamente níveis elevados de proteção e de escolha dos consumidores em matéria social, sanitária e ambiental. Vamos reformular as regras por forma a garantir que contribuam para a realização dos objetivos que nos fixámos em matéria de crescimento e emprego e que não impõem uma burocracia ou encargos administrativos desnecessários, assegurando, ao mesmo tempo, a concretização dos benefícios que os cidadãos esperam. Caso as regras sejam obsoletas ou estejam em desacordo com as nossas prioridades, iremos revê-las e melhorá-las. Sempre que exista burocracia desnecessária, vamos eliminá-la. Se as regras de que dispomos fizerem sentido e servirem os nossos objetivos, trabalharemos ativamente para garantir que são corretamente aplicadas, implementadas e que produzam benefícios reais para os cidadãos. Além disso, vamos utilizar os outros instrumentos de que dispomos para estimular o emprego e o crescimento, em particular o orçamento da UE, que é essencialmente um meio de investimento inteligente nos Estados-Membros e nas regiões.

Trata-se de um programa para a mudança, resultante da necessidade de colocar novamente a UE rumo ao crescimento, de modo a que o modelo social europeu e um ambiente saudável possam ser mantidos no futuro.

Trata-se igualmente de um apelo à mudança nos métodos de trabalho do Parlamento Europeu e do Conselho. Queremos trabalhar em concertação com eles para definir as principais prioridades nas três instituições e acelerar o seu processo de tomada de decisões, de modo a que os efeitos positivos das nossas propostas possam chegar rapidamente aos cidadãos. Vamos construir uma parceria mais estreita com os Estados-Membros, os parlamentos nacionais, as regiões e as cidades para assegurar uma melhor execução das políticas existentes e garantir a eficácia da ação no terreno, em domínios que vão desde a utilização dos fundos estruturais e de investimento até à política ambiental, desde o mercado único até aos direitos dos consumidores.

Para restabelecer a confiança, é necessário que a mudança seja visível[4] e tenha um impacto imediato. Com o presente programa de trabalho — e com a obtenção de resultados em 2015 — queremos provar que desta vez as coisas são diferentes.

[4] Para marcar o novo começo realizado com a nova Comissão e o seu programa de trabalho, a Comissão irá centrar o seu trabalho de comunicação em 2015 nas 10 prioridades das orientações políticas. Ver o ponto 2.4. do SEC(2013) 486 de 23 de setembro de 2013 Comunicação interna a título do quadro financeiro plurianual 2014-2020.

* * *

O presente programa de trabalho apresenta ações específicas para 2015. Não apresenta em pormenor o que a Comissão irá fazer nos quatro anos seguintes do seu mandato, mesmo que os trabalhos preparatórios vão começar em relação a questões como a revisão intercalar do quadro financeiro plurianual. O anexo I apresenta as novas iniciativas, organizadas em torno das principais prioridades das orientações políticas, nas quais a Comissão irá concentrar os seus esforços em 2015.

Na preparação do presente programa de trabalho, a Comissão analisou todas as propostas que se encontram atualmente a aguardar a decisão do Parlamento Europeu e do Conselho[5]. Consideramos a aplicação do princípio da descontinuidade política uma parte importante da nossa responsabilidade política: existe uma necessidade de clarificação de modo a que possam ser investidos tempo e energia nas propostas que tenham o maior impacto sobre o crescimento e o emprego e que tenham boas perspetivas de adoção num futuro próximo.

Tomámos posição sobre as propostas que queremos manter e ver adotadas, as que tencionamos alterar a fim de as tornar conformes com as nossas dez prioridades e as que tencionamos retirar. A Comissão continua firmemente empenhada na realização dos objetivos da maior parte das propostas que pretende retirar. Mas as propostas não são úteis se estiverem simplesmente latentes sobre uma mesa de negociações, se forem ultrapassadas pelos acontecimentos, ou se, no decurso das negociações, enfraquecerem a tal ponto que já não poderão alcançar o seu objetivo inicial. Em alguns casos, a Comissão tenciona retirar propostas a fim de as substituir em seguida por propostas mais ambiciosas ou adaptá-las mais estreitamente às suas dez prioridades. Noutros casos, a sociedade evoluiu desde a apresentação da proposta inicial da Comissão. O anexo II define as propostas a retirar (ou a alterar). A Comissão aguarda as observações do Parlamento Europeu e do Conselho sobre essas propostas antes de proceder à sua retirada.

O programa de trabalho reflete igualmente o compromisso assumido pela Comissão no sentido de legislar melhor. Este objetivo está no cerne do programa para a adequação e a eficácia da regulamentação da Comissão que visa reduzir a burocracia e eliminar os encargos regulamentares. As suas ações - alterações legislativas, balanços de qualidade e avaliações – que constituem um elemento fundamental do trabalho da Comissão, são definidas no anexo III. Serão envidados esforços de simplificação, nomeadamente da política agrícola comum. Os trabalhos centrar-se-ão também na execução correta da recente reforma dos serviços financeiros, da política comum das pescas e das novas regras para os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento para 2014-2020. Tal implica uma coordenação a todos os níveis e a participação de todas as partes interessadas — a construção de redes e a partilha de experiências e das melhores práticas nos diferentes domínios estratégicos.

[5] No total, estão pendentes 452 propostas apresentadas por anteriores Comissões.

A fim de melhor informar os cidadãos e as empresas sobre a data de entrada em vigor da legislação da UE, o programa de trabalho enumera no anexo IV a legislação que se torna aplicável em 2015.

* * *

1. Um novo impulso para o emprego, o crescimento e o investimento

O novo capítulo da história económica da Comissão articula-se em torno de três vertentes principais — fomentar o investimento, prosseguir as reformas estruturais e assegurar a responsabilidade orçamental. Em estreita parceria com o Banco Europeu de Investimento, a Comissão propôs um importante plano de investimento[6] para conferir um novo impulso ao emprego, ao crescimento e ao investimento na Europa. Serão mobilizados fundos suplementares para novos investimentos através de um novo Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos e garantir-se-á que os mesmos irão beneficiar a economia real através da criação de uma reserva de projetos credíveis e de um acesso mais vasto e mais fácil à assistência técnica.

Para além do novo Fundo, o recurso a instrumentos financeiros inovadores (por exemplo, empréstimos e garantias, em vez de subvenções) continuará a ser incentivado a fim de aumentar o impacto dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento para o período de 2014-2020, e com o objetivo de, pelo menos, duplicar a utilização destes instrumentos no novo período de programação.

As medidas complementares serão centradas na melhoria do ambiente empresarial e na eliminação dos obstáculos regulamentares e não regulamentares ao investimento, bem como no reforço do mercado único. A Comissão apresentará várias propostas destinadas a aplicar esta abordagem de forma rápida e analisará posteriormente as regras aplicáveis em matéria de auxílios estatais.

Com todos os acordos de parceria para os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento para o período de 2014-2020 agora aprovados, e os restantes programas operacionais em fase de conclusão, os investimentos devem começar a cumprir os objetivos da Estratégia Europa 2020[7] de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo em 2015. A nova política de coesão, firmemente alicerçada no Semestre Europeu e no processo de governação económica, tornou-se a principal fonte de investimento público em vários Estados-Membros.

A maximização do impacto do orçamento da UE para o emprego, crescimento e investimento, conjugada com uma nova tomada de consciência sobre a necessidade de melhor utilizar o dinheiro público, irá contribuir para a reflexão sobre a revisão intercalar do quadro financeiro

[6] COM (2014) 903.

[7] COM (2010) 2020 final.

plurianual (QFP) e os preparativos relativos ao pacote QFP pós-2020 a realizar numa fase posterior do mandato da Comissão.

A Comissão irá debruçar-se sobre a estratégia comercial e de investimento da UE, com particular incidência no seu contributo para o emprego e o crescimento. A consolidação das ligações comerciais e de investimento da UE com os novos centros de crescimento no mundo é não só vital para a criação de emprego, o crescimento e a melhoria da produtividade na UE, mas tem também importantes repercussões na nossa política de vizinhança e de desenvolvimento, bem como na participação da UE nas instituições financeiras internacionais.

Os Estados-Membros estão confrontados com o difícil desafio de colocar mais pessoas no mercado de trabalho e assegurar que os trabalhadores possuem as competências necessárias para progredirem e se adaptarem aos empregos do futuro. A Comissão apresentará um pacote de medidas destinadas a apoiar estes esforços, a fim de ajudar a estimular a integração no mercado de trabalho e a promover as competências.

Uma legislação da UE bem redigida e aplicada eficazmente pode ter um impacto importante sobre o emprego, o crescimento e a inovação. As ecoindústrias e a ecoinovação representam atualmente um terço do mercado mundial das tecnologias verdes, no valor de um bilião de EUR e que deverá duplicar até 2020. A proposta revista para a economia circular reforçará esta tendência, contribuindo deste modo para o crescimento verde. Neste domínio, é importante acordar objetivos comuns, com um nível adequado de ambição, quanto aos resultados pretendidos, embora menos normativos no que diz respeito aos meios que os Estados-Membros podem utilizar para os alcançar, o que tornará mais fácil transformar as propostas em ações concretas no terreno.

A UE tem um sistema regulamentar bem desenvolvido. Uma atenção renovada na implementação e exploração das sinergias entre a legislação em vigor pode produzir rápidos dividendos, criando novas oportunidades para o emprego e o crescimento. Para além de rever a legislação vigente para garantir que é adequada ao objetivo, a Comissão trabalhará com os Estados-Membros para assegurar que é retirado o máximo potencial de crescimento do conjunto da legislação da UE existente. Esta será a principal prioridade em muitos domínios do nosso trabalho — a agricultura, as pescas, as alfândegas, os serviços financeiros e o mercado único, para citar apenas alguns exemplos.

2. Um mercado único digital conectado

O mercado único digital seguro detém um dos principais trunfos para uma nova dinâmica da economia europeia no seu conjunto, no sentido em que favorece o emprego, o crescimento, a inovação e o progresso social. Todos os domínios da economia e da sociedade se tornam digitais. A Europa deve estar na linha da frente desta revolução digital, para os seus cidadãos e para as suas empresas. Os obstáculos ao digital são obstáculos ao emprego, à prosperidade e ao progresso.

A Comissão começou a elaborar uma estratégia que identificará os principais desafios a abordar para alcançar um mercado único digital securizado, fiável e dinâmico. Esta estratégia

articular-se-á em torno de seis vertentes: construir confiança e apoio, eliminar restrições, garantir o acesso e a conectividade, criar a economia digital, promover a cibersociedade e investir em atividades de primeira ordem em matéria de investigação e inovação no domínio das TIC.

Em 2015, no quadro da estratégia para o mercado único digital, a Comissão irá centrar-se na conclusão das negociações interinstitucionais em curso sobre propostas como a reforma das regras europeias comuns em matéria de proteção dos dados e o regulamento «continente conectado». Proporá também novas iniciativas, tanto legislativas como não legislativas, para colocar o mercado único digital no nível de ambição necessário para dar resposta aos desafios existentes. Neste contexto, a Comissão irá nomeadamente complementar o quadro regulamentar no domínio das telecomunicações, modernizar a legislação da UE relativa aos direitos de autor e aos serviços de meios de comunicação audiovisual, simplificar as regras aplicáveis às compras em linha e digitais efetuadas pelos consumidores, facilitar o comércio eletrónico, reforçar a cibersegurança e integrar a digitalização em toda uma série de domínios estratégicos.

3. Uma união mais resiliente do ponto de vista energético, dotada de uma política visionária em matéria de alterações climáticas

Uma energia fiável e a preços acessíveis constitui uma prioridade fundamental para todos. A Comissão irá adotar um quadro estratégico para a União da Energia, que defina as principais medidas a tomar para garantir a segurança do aprovisionamento em energia, reduzir a dependência das importações de países terceiros, prosseguir a integração dos mercados nacionais de energia e melhorar a participação dos consumidores, reforçar a eficiência energética[8], favorecer a descarbonização do cabaz energético, bem como promover a investigação e a inovação no domínio da energia.

A UE também está na linha da frente dos esforços desenvolvidos a nível mundial na luta contra o aquecimento global. A Comissão definirá a visão e as expectativas da UE na perspetiva da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC) a realizar em Paris no final de 2015 e começará a apresentar as propostas legislativas para a execução do pacote «Clima e Energia para 2030».

Continuarão a ser envidados esforços para melhorar o quadro regulamentar em matéria de serviços de transporte interconectados, seguros e securizados com das emissões de gases com efeito de estufa reduzidas.

4. Um mercado interno mais aprofundado e mais equitativo, dotado de uma base industrial reforçada

[8] A Comissão deu início à revisão da Diretiva «Rotulagem Energética» (2010/30/UE) e determinará se há que adaptar as modalidades atuais a fim de atingir os seus objetivos de forma mais intervencionista.

O mercado único é um dos melhores trunfos da Europa — o seu potencial deve ser mais explorado a fim de reforçar a competitividade da Europa no mercado mundial e criar postos de trabalho. A Comissão apresentará uma estratégia para o mercado interno definindo novas abordagens para aproveitar esse potencial.

O mercado interno está igualmente na base da força industrial e da capacidade de produção da Europa, que devem continuar a ser desenvolvidas. A aumentar os investimentos em infraestruturas e em PME e em empresas de média capitalização, melhorar o ambiente regulamentar e ajudar as empresas a inovar, com o apoio do programa Horizonte 2020 por exemplo, serão importantes áreas de trabalho. O setor da aviação enfrenta grandes desafios. A Comissão irá analisar formas de melhorar as condições do setor, dinamizando a sua competitividade.

A Comissão está empenhada em ajudar os Estados-Membros a reduzir o desemprego através de reformas estruturais e de um apoio à criação de emprego e medidas de empregabilidade. Está a identificar formas de investir no conhecimento e nas competências, com especial atenção para os grupos mais vulneráveis, como os jovens desempregados e os desempregados de longa duração. Será importante apoiar a mobilidade profissional, incluindo através das fronteiras, em especial em domínios onde persistem vagas por preencher ou onde há uma inadequação de competências, apoiando, simultaneamente, as autoridades nacionais na luta contra os pedidos abusivos ou fraudulentos.

A conclusão e a execução da grande reforma do quadro regulamentar financeiro em resposta à crise financeira, nomeadamente a aplicação das novas regras em matéria de supervisão e de resolução bancárias, continua a ser uma das principais vertentes do trabalho da Comissão. O quadro regulamentar será mais reforçado através de uma proposta em matéria de gestão e resolução de crises de entidades não bancárias de importância sistémica. A Comissão vai dar início aos trabalhos preparatórios a fim de determinar a forma como o mercado único dos serviços financeiros de retalho podem produzir mais benefícios para os consumidores.

A Comissão apresentará um plano de ação para criar uma união dos mercados de capitais, explorar formas de reduzir a fragmentação dos mercados financeiros, diversificar as fontes de financiamento para toda a economia, melhorar o acesso das PME ao financiamento e reforçar os fluxos de capitais transfronteiras no mercado único, a fim de que o capital possa ser utilizado de forma mais produtiva. A curto prazo, irá propor um quadro para a titularização de alta qualidade na Europa, melhorando a informação normalizada sobre o crédito para as PME e analisará como ampliar os regimes de colocação privados, que demonstraram a sua eficácia em toda a UE, e irá rever a diretiva relativa aos prospetos a fim de reduzir os encargos administrativos que pesam sobre as PME.

5. Uma União económica e monetária mais aprofundada e mais equitativa

A arquitetura da União Económica e Monetária deve ser reforçada de modo a que o euro conserve a confiança dos cidadãos, continue a resistir às turbulências do mercado e crie condições propícias para um emprego e um crescimento sustentáveis. Na sequência da sua revisão das regras de governação económica e das medidas tomadas para simplificar e

racionalizar o processo do Semestre Europeu, a Comissão está empenhada no aprofundamento da União Económica e Monetária, na elaboração de propostas relativas a novas medidas a favor de uma soberania comum no quadro da governação económica. Estes esforços são acompanhados de ações destinadas a redinamizar o diálogo social a todos os níveis.

Embora reconhecendo a competência dos Estados-Membros no que se refere aos seus sistemas fiscais, a Comissão deve intensificar os seus esforços para lutar contra a evasão e a fraude fiscais e responder ao pedido da nossa sociedade no sentido de uma maior justiça e transparência fiscal. Com base nos trabalhos da OCDE e do G20 relativamente à erosão da base tributável e à transferência de lucros, a Comissão apresentará um plano de ação abrangendo medidas a nível da UE para passar a um sistema segundo o qual o país onde os lucros são realizados é igualmente o país de tributação, incluindo no domínio da economia digital, o que necessita de um acordo sobre a matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades. Neste contexto, a Comissão apresentará também muito rapidamente uma proposta relativa à troca automática de informações entre as autoridades fiscais em matéria de decisões fiscais transfronteiras. Além disso, irá trabalhar em estreita colaboração com as outras instituições a fim de incentivar a adoção de um imposto sobre as transações financeiras e um reforço das regras de luta contra o branqueamento de capitais. Prosseguem igualmente os trabalhos no domínio do IVA, nomeadamente a adoção de medidas destinadas a colmatar o diferencial de tributação.

6. Um Acordo de Comércio Livre razoável e equilibrado com os EUA

O comércio dá um importante contributo para a criação de emprego e para o crescimento. Paralelamente ao Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) com os Estados Unidos, a Comissão participa ativamente numa série de negociações bilaterais, conjugadas com um forte empenho multilateral a nível da OMC. A Comissão já tomou medidas para reforçar a transparência nas negociações sobre o TTIP[9], continuando a trabalhar para alcançar um acordo equilibrado e razoável e, ao mesmo tempo, salvaguardar as normas europeias nos domínios da saúde, dos direitos sociais, do ambiente e da proteção dos dados, bem como a sua diversidade cultural.

7. Um espaço de justiça e de direitos fundamentais baseado na confiança mútua

Os cidadãos esperam que a UE garanta a justiça, a proteção, a equidade e o Estado de direito, e mantenha uma posição firme na luta contra todas as formas de discriminação. A Comissão trabalhará a favor da adesão da UE à Convenção Europeia dos Direitos do Homem, tendo em conta as futuras orientações do Tribunal. Continuará a melhorar a luta contra a criminalidade e o terrorismo transfronteiras, bem como cooperação judiciária em benefício dos cidadãos em

[9] C (2014) 9052

toda a UE e a proteger o orçamento da UE contra a fraude, nomeadamente através da prossecução dos esforços envidados para criar uma Procuradoria Europeia independente.

A Comissão empenhou-se na defesa da igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência, no pleno respeito da Convenção das Nações Unidas sobre os direitos das pessoas com deficiência. Tal inclui a acessibilidade ao ambiente físico, aos transportes e às tecnologias e sistemas da informação e da comunicação e outras instalações e serviços.

A Comissão está determinada a promover a igualdade entre homens e mulheres, e a permitir que um maior número de mulheres participe no mercado de trabalho. No que diz respeito à proposta de 2008 relativa à licença de maternidade, a Comissão irá retirá-la num prazo de seis meses se não for possível desbloquear as negociações, o que deve permitir uma nova abordagem que irá analisar a questão num contexto mais amplo, tendo em conta a realidade das sociedades atuais, e que tomará em consideração os progressos realizados neste domínio ao nível dos Estados-Membros.

A Comissão apresentará um programa europeu em matéria de segurança para fazer face a ameaças à segurança interna da UE, como a criminalidade transfronteiras, a cibercriminalidade, o terrorismo, os combatentes estrangeiros e a radicalização para ajudar a UE a proteger os seus cidadãos, permanecendo simultaneamente aberta ao mundo.

8. Rumo a uma nova política migratória

Para dar resposta à crescente pressão nas nossas fronteiras externas, a Comissão está a desenvolver uma agenda europeia em matéria de migração, que conciliará uma abordagem mais justa e mais responsável da migração legal, a fim de tornar a UE um destino atrativo para os talentos e as competências, com medidas firmes contra a migração irregular e o tráfico e contrabando de seres humanos. Melhorar a gestão da migração passa por uma melhor ligação entre a nossa política de migração e a nossa política externa, promovendo uma maior cooperação interna e externa, oferecendo proteção às pessoas que dela necessitam, com base na responsabilidade e na solidariedade e impedindo acontecimentos trágicos como os que ocorrem recorrentemente no Mediterrâneo.

9. Uma Europa mais forte na cena mundial

Acontecimentos recentes, nomeadamente nas fronteiras oriental e meridional da UE, trouxeram para a linha da frente desafios geopolíticos. A UE necessita de uma política externa comum eficaz dotada de melhores mecanismos que lhe permitam antecipar os acontecimentos e identificar rapidamente respostas a desafios e ações comuns, a fim de aproveitar oportunidades das quais só podemos beneficiar plenamente em conjunto. A Europa precisa de trabalhar em cooperação em matéria de segurança e de defesa e de desenvolver as suas parcerias estratégicas. O recurso coerente e concertado a todos os instrumentos de que a União dispõe, nomeadamente a sua política externa e de segurança comum (PESC), e a projeção externa sistemática de políticas internas serão indispensáveis para reforçar os objetivos estratégicos da UE na cena mundial.

Uma das prioridades da Comissão será a promoção da estabilidade nas fronteiras da Europa. Para atingir este objetivo, é essencial apoiar os países limítrofes a implementar reformas democráticas e económicas, a defender o Estado de direito, a reforçar a governação económica e a competitividade, a desenvolver as capacidades institucionais, bem como o funcionamento eficiente da administração pública e a tornarem-se mais prósperos. A Comissão procederá à revisão da Política Europeia de Vizinhança e formulará propostas para o futuro. Tal como referido nas orientações políticas, as negociações de alargamento em curso prosseguirão, e nomeadamente os Balcãs Ocidentais devem manter uma perspetiva europeia, não estando no entanto previsto qualquer outro alargamento nos próximos cinco anos.

A UE dispõe de um forte historial de cooperação internacional e de ajuda ao desenvolvimento a muitas regiões do mundo. Tal inclui a promoção dos direitos humanos nas nossas ações externas, abordando as desigualdades e defendendo a igualdade de género. No entanto, a nossa política de desenvolvimento também deve ser continuamente adaptada à evolução das necessidades dos países parceiros para podermos melhor concretizar os nossos compromissos. Em 2015, Ano Europeu do Desenvolvimento, a Comissão continuará o seu trabalho a favor dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pós-2015 e lançará uma reflexão sobre as suas futuras relações com países em desenvolvimento (pós-Cotonu). Contribuímos também para a luta contra o vírus Ébola. Continuaremos a maximizar o impacto da nossa ajuda humanitária e a melhorar a nossa capacidade para responder a situações de crise.

10. Uma União da mudança democrática

Os cidadãos esperam que a UE melhore as suas intervenções, quanto ao conteúdo e à forma. Queremos ser tão abertos quanto possível sobre o trabalho da Comissão, e iremos cooperar com as outras instituições a fim de reforçar a responsabilização e a acessibilidade das ações da UE. A Comissão adotou novas regras destinadas a assegurar a plena transparência dos contactos entre os Comissários e certas organizações ou indivíduos a título individual[10], e apresentará propostas para um acordo interinstitucional relativo a um registo de transparência obrigatório, para que todas as instituições europeias façam prova de abertura sobre quem está a influenciar o processo de tomada de decisões.

Tal como anunciado nas orientações políticas, a Comissão irá rever o processo de tomada de decisões para a autorização de organismos geneticamente modificados (OGM) a fim de responder às preocupações dos cidadãos e dos Estados-Membros no que se refere à atual obrigação jurídica de a Comissão aprovar a autorização de OGM, mesmo nos casos em que uma clara maioria dos Estados-Membros se opõe à proposta.

A Comissão irá melhorar os seus instrumentos relativos à iniciativa «Legislar Melhor», nomeadamente as avaliações, avaliações de impacto e consultas públicas, e irá identificar um conjunto de novas ações no âmbito do seu programa de adequação da regulamentação. Todas

[10] C (2014) 9051

as instituições devem esforçar-se por legislar melhor se pretendemos realizar um processo legislativo mais eficaz a nível da UE. Assim, a Comissão apresentará uma proposta relativa a um novo acordo interinstitucional intitulada «Legislar melhor». Para obter resultados em matéria de emprego, crescimento e prioridades de investimento, as três instituições devem melhorar a sua colaboração. A Comissão lançou um diálogo com o Parlamento Europeu e o Conselho no sentido de melhorar a programação conjunta a fim de incentivar a apropriação comum das prioridades com vista a fazer avançar a agenda europeia da forma mais eficaz possível, respeitando simultaneamente o papel e as prerrogativas conferidas pelos Tratados a cada instituição.

* * *

Após a adoção do programa de trabalho para 2015, a Comissão pretende trabalhar em concertação com o Parlamento Europeu e o Conselho na definição de uma lista de propostas prioritárias em relação às quais as instituições se comprometem a progredir rapidamente e a assegurar uma rápida adoção final, nomeadamente no que diz respeito às propostas diretamente relacionadas com a execução da iniciativa no domínio dos investimentos. Juntos podemos finalmente garantir que tudo será diferente.